

A construção de políticas públicas como produção de saúde mental

MATHEUS FERNANDES DE CASTRO*

Resumo: Pretende-se apresentar uma discussão crítica sobre a participação popular na formulação, na gestão, na implementação e no controle das políticas públicas. A Psicologia Social e do Trabalho em suas alianças com outras áreas do conhecimento, internas e externas à Psicologia, como a Psicologia Ambiental, a Geografia Humana, a História, a Sociologia e a Economia, possibilita compreender que quanto menos individualizado for o sujeito e quanto mais enraizado em seu lugar, mais ele terá condições para produzir políticas públicas efetivas e saúde mental.

Palavras-chave: políticas públicas; saúde mental; lugar; enraizamento; sujeito.

The construction of public policies as the production of mental health

Abstract: It is intended to present a critical discussion on popular participation in the formulation, management, implementation and control of public policies. Social and Work Psychology in its alliances with other areas of knowledge, internal and external to Psychology, such as Environmental Psychology, Human Geography, History, Sociology and Economics, makes it possible to understand that the less individualized the subject and the more rooted in its place, the more it will be able to produce genuine public policy and mental health.

Key words: public policies; mental health; place; rooting; subject.



* **MATHEUS FERNANDES DE CASTRO** é Doutor em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de São Paulo (USP). É Professor Assistente Doutor do Departamento de Psicologia Social da Unesp de Assis (SP). É professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia da mesma unidade.



A Psicologia Social e do Trabalho: a busca por novos caminhos nas fronteiras disciplinares

Diante do objetivo de realizar uma reflexão sobre o tema das políticas públicas, à partir da Psicologia Social e do Trabalho, pensamos em começar guiando nossos esforços por dois caminhos que entendemos como complementares: 1- a compreensão do trabalho como um elemento específico da sociedade e merecedor de políticas públicas específicas, para que as pessoas que estão desempregadas possam encontrar trabalho ou fontes alternativas de renda para se integrar à sociedade, minimamente, como consumidores que consigam satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, habitação, educação, saúde, dentre outras; e 2 - a compreensão do trabalho como algo central para a vida humana, que permitiu um desenvolvimento filogenético único, que desembocou no homem como um ser social, histórico, político, portador de múltiplas culturas (CERTEAU, 1995), o que nos leva a refletir sobre o papel do

trabalhador como um membro de uma comunidade, como cidadão, como ser fundamental no processo de construção da sociedade e, portanto, das políticas públicas.

O primeiro caminho se refere ao fato de que ao olharmos os dados sobre o trabalho em nosso país, vemos que o maior contingente de trabalhadores se encontra exercendo suas atividades no setor informal (40 % da população economicamente ativa, segundo a PNAD contínua do segundo trimestre de 2021), ou seja, completamente desprotegido pela CLT, por vezes, até mesmo fora do alcance da Constituição Brasileira, consecutivamente, o principal regulamento do trabalho no país e a Carta Magna brasileira, fonte, inalienável, de todas as leis nacionais. Vemos também, que existe um grande número de pessoas desempregadas (12% da população economicamente ativa) e que continuam a procura de emprego e outras que, diante de uma busca frustrada e pela falta de perspectiva de encontrar trabalho, decidem que não irão mais procurá-lo

(desalentados correspondem a 3% da população economicamente ativa). Podemos observar ainda, que os jovens, pessoas entre 17 e 24 anos (31% deles estão desempregados), são os mais atingidos pelo desemprego e pela precarização do trabalho. Se formos mais específicos e buscarmos o recorte por gênero e étnico-racial, veremos que as desigualdades aumentam consideravelmente, não sendo dado desprezível. Verificamos assim, rapidamente, que há um grande número de brasileiros excluídos de possibilidades de trabalho e renda, portanto, excluídos da possibilidade de consumo de mercadorias para suprir suas necessidades básicas, aumentando o contingente de miseráveis e famintos, em nosso país. Então, podemos concluir que precisamos de políticas públicas para promover a diminuição da desigualdade, apontada como um elemento crônico da história de nossa sociedade (FURTADO, 2007; 2002; 1999)

O segundo modo de tratamento seria a compreensão do trabalho como um elemento fundante da sociabilidade humana, elo fundamental para o desenvolvimento e a manutenção da espécie, que sofreu grandes alterações ao longo de nossa história. Podemos constatar em várias pesquisas que ele ainda é compreendido, tanto pelos pesquisadores, como pelos pesquisados (os trabalhadores e a sociedade em geral) como algo fundamental para o reconhecimento social do sujeito, mesmo que o grau desse reconhecimento, na grande maioria das vezes, se pautar pela capacidade de consumo gerada pela renda advinda desta atividade, lembrando que em alguns casos esta renda não tem permitido, nem mesmo, a satisfação de nossas necessidades básicas.

Contudo, é de fundamental importância reconhecermos que hodiernamente o

trabalho está sob uma forma histórica que, além das consequências apontadas acima, como reconhecimento e desigualdade, produz individualização dos sujeitos, chegando ao que nossos colegas da Psicologia Clínica chamam de sociedade narcísica (BIRMAN, 2005). Entendido como algo central, o trabalho e sua atual divisão e organização, em nossa sociedade, se espraiam para a vida cotidiana de todas as pessoas, estejam elas trabalhando ou não, sejam elas adultas ou não, homens, mulheres, LGBTQIAP+, diferentes grupos étnico-raciais e etc.

Desta maneira, aqueles que se encontram trabalhando, ou aqueles que estão, ou não, na expectativa de encontrar trabalho, se submetem a uma lógica que não favorece à cooperação e à solidariedade, pois na realidade, têm dificuldades para compreender a alteridade e seus deveres como cidadãos, como parte de um Estado e de suas instituições, que muitas vezes odeiam, pois aprenderam a odiar a política e seus representantes. A recusa pelo uso de máscaras na Pandemia do Covid-19, é um exemplo atual deste fenômeno. As questões do trabalho permeiam a sociedade como um todo, o que nos levará, mais a frente, a desenvolver as ideias de Milton Santos sobre o espaço e a possibilidade de compreender que, quando buscamos um olhar menos especializado para a realidade objetiva, vemos que a atual organização do trabalho está engendrada à atual forma de organização do espaço global.

Esses dois modos de olhar para nosso desafio nesse texto, a importância das políticas públicas para a Psicologia Social e do Trabalho, nos colocam diante de um grande imbróglio, onde de um lado é explícito que há a necessidade de políticas públicas em nosso país e do outro, que essas políticas não podem ser construídas sem grande participação de cidadãos. Mas, ao levarmos em consideração os

apontamentos de Santos (2020) sobre a cidadania em nossa sociedade globalizada, somos levados a refletir: cidadãos individualistas e competitivos querem que tipo de políticas públicas? Cidadãos de uma sociedade em que o trabalho somente inclui as pessoas no consumo, são cidadãos efetivos? Cidadãos que aprenderam a odiar o Estado e a política querem participar da construção de políticas públicas? Questões fundamentais para que possamos compreender em que ponto estamos e quais são nossos desafios ao tratar do assunto.

Levando em consideração o exposto acima, gostaríamos de propor uma discussão com o objetivo de refletir como as aproximações que temos realizado com as teorias sobre o espaço, o ambiente, como um sujeito social, pode contribuir para que possamos compreender e intervir, como psicólogos, sobre alguns elementos que compõem, hodiernamente, as possibilidades da participação popular na formulação, na gestão, na implementação e no controle das políticas públicas. Acreditamos que a realidade que envolve a expressão democrática, em nosso país, é marcada por grande complexidade de tensões que demandariam uma análise histórica e espacial de nosso presente, para que possamos olhar para o futuro, enquanto um projeto, um resultado de políticas públicas efetivas. Chamamos assim, a articulação genuína de interesses de diversos atores sociais que não se dê exclusivamente no campo econômico, mas que atravessam e costuram as posições políticas de um povo livre e autônomo, que se articula a um Estado tão livre e tão soberano quanto o seu povo. Seguimos, desta forma, a compreensão de Furtado (1999) e Prado Jr. (1980) que preconizam o elemento político como fundamental para as discussões econômicas, para que não fique ao largo a

discussão histórica da dinâmica das estruturas sociais, para que os interesses dos diferentes grupos da sociedade possam ser compreendidos e percebidos na base de articulação do fenômeno econômico, humanizando os fatos e permitindo, assim, compreendê-los como parciais.

Por se tratar de com artigo científico, temos compromisso com a precisão e a concisão de nossos argumentos, para que possamos, em poucas páginas, apresentar uma reflexão e uma proposta de atuação para a Psicologia neste terreno das políticas públicas. Assim, buscaremos trazer algumas considerações teóricas que possam jogar luz sobre as dificuldades enfrentadas pelas pessoas e pelo Estado brasileiro para efetivar seu projeto de construção da participação popular, expresso, principalmente, a partir da constituição de 1988, não só como um marco temporal, mas como fonte máxima das leis do país. Não é somente a extrema direita, que controla o país atualmente, a única responsável pelas grandes dificuldades enfrentadas para a efetivação das propostas da carta magna, a globalização, o neoliberalismo, os interesses de um grupo social dominante e o individualismo comporiam, dentro de nossa análise, um quadro que não favorece aos interesses nem do povo, nem do Estado brasileiro (SAFATLE, SILVA JR. & DUNKER, 20021).

Sabemos também, que nosso desafio nesta proposta não se resume ao seu objetivo, apresentado acima, mas também ao caminho percorrido, ou seja, como é possível, ou mesmo desejável à Psicologia um esforço como este? Estamos convencidos que sim, que trabalhar na fronteira entre outras disciplinas, como a Geografia, a História, a Sociologia e a Economia é fundamental para consolidar uma compreensão de sujeito que não só nos favoreça como Psicólogos, bem como

favoreça às nossas possibilidades de atuação, mas também ao próprio sujeito em si, que possa encontrar na ciência embasamentos para uma construção social e comunitária de identidade, essencial para o fortalecimento da cidadania. Lembramos então que sem cidadãos teremos políticas públicas incompletas, por que não dizer, políticas privadas para o público. Acreditamos que participar da vida coletiva do lugar, compreendendo seu papel como cidadão pode favorecer a manutenção da saúde mental.

Organização do espaço é organização da vida cotidiana

Para avançarmos em nossa reflexão sobre políticas públicas e a Psicologia Social e do Trabalho, devemos, primeiramente, desenvolver mais explicitamente nossa hipótese de que a organização do trabalho, formal, informal, precário, decente, escravo ou não, é resultado do meio técnico científico informacional que se apresenta nos lugares como a realidade objetiva do processo de globalização atual, para organizar a vida cotidiana como um todo. Essa formulação é a base que sustentará nosso argumento de que não basta, apenas, pensar na confecção das políticas públicas, mas na qualidade de seus agentes.

Recentemente escrevemos um capítulo de livro (CASTRO, 2021) onde apresentamos nossa hipótese de que a organização do trabalho – interna ou externa às empresas e aos demais locais de trabalho, tão estudada pela Psicologia Social e do Trabalho – é imbricada à forma de organização do espaço, ou seja, não é possível compreender o trabalho como um elemento separado da estrutura social, funcional e formal do espaço. (SANTOS, 2009). Não pretendemos repetir aqui um texto já escrito, mas recuperá-lo sucintamente, como aparato

metodológico, para que oriente e embase o avanço de nossa reflexão.

No texto citado acima, partimos da constatação de Uchoa-de-Oliveira (2020) de que a Uberização pode ser compreendida como uma forma atual da organização do trabalho, mas que por suas especificidades se torna muito difícil para os modos tradicionais de estudo, sobre saúde do trabalhador, compreender como os trabalhadores se relacionam com ela. Ainda segundo a autora, dentre as novidades trazidas pela Uberização, está a falta de concretude do ambiente de trabalho, que se espalharia pelas ruas da cidade e demais espaços públicos, bem como pelo ambiente virtual, informacional, controlados por algoritmos que invisibilizam as formas de exploração do trabalho. Faz-se necessário então, empreender esforços que nos permitam compreender os novos desafios impostos pelas transformações do mundo do trabalho.

Diante deste limite apontado pela autora e de nossa experiência de pesquisa até então, elaboramos uma proposta que já vinha orientando nossos esforços em outras pesquisas que realizamos no LAPA-PET (Laboratório de Psicologia Ambiental do Departamento de Psicologia Social – UNESP – Campus de Assis), sobre a aproximação entre a Psicologia Ambiental e a Geografia Humana de Milton Santos, sobre os entregadores por aplicativos, sobre os motoristas por aplicativo, sobre as cidades e sobre os jovens e o mundo do trabalho.

Como resultado dos esforços para a elaboração do texto supracitado (CASTRO, 2021), que sintetiza também as possibilidades para a construção e o desenvolvimento das pesquisas, também citadas acima, partimos da ideia que, a teoria de Milton Santos e seu conceito de meio técnico científico informacional, nos permite compreender o espaço organizado

por uma racionalidade idêntica à que encontramos dentro das organizações de trabalho: Santos (1996) nos permite ver no lugar, onde seu conceito de espaço se empericiza, as negociações cotidianas das pessoas, do lugar, com as verticalidades que organizam o espaço, embasadas em uma racionalidade fomentada por um processo de globalização que aponta para um único modelo econômico e produtivo. O que, de certa maneira, nos faz lembrar sobre as teorizações de Spink (1996), a partir da Psicologia Social, sobre a organização do trabalho (aquí organização entendida como uma empresa, por exemplo) como um fenômeno psicossocial, resultado das negociações constantes dos trabalhadores, entre eles, e deles com a organização prescrita do trabalho (produzida pela gerência – também percebida pelos trabalhadores como uma racionalidade estranha) durante a realização das práticas cotidianas, no interior das fábricas: tanto Santos (1996), quanto Spink(1996) recorrem a uma radicalização de processos intersubjetivos.

Imersos no meio técnico científico informacional, portanto sob o impacto de informações que obedecem a uma racionalidade estrangeira e com uma finalidade econômica muito bem definida, nossa subjetividade e nossos comportamentos são influenciados e acompanhados constantemente pelos algoritmos. Tais informações chegam ao lugar através das redes, que hoje – devido às atuais características e espalhamento dos ambientes virtuais, aos quais estamos conectados constantemente, principalmente, através de dispositivos móveis conectados à internet –, distribuem os ordenamentos e captam o que produzimos como dados eletrônicos que permitem, imediatamente, saber nosso engajamento, através de nossos comportamentos de compartilhamento, de locomoção, de consumo e etc. As cidades

não só abrigam as torres de celulares ou as bases de distribuição de sinais de wi-fi, mas também sofrem o impacto dos aplicativos de alimentação, hotelaria, transporte, entregas, dentre outros: os ambientes on e off-line se tornaram extensões uns dos outros.

Como nos mostra Castro (2021, 2020), apresentando dois argumentos, a cidade se torna mais uma das partes do fluxo do sistema produtivo: os dois circuitos econômicos do espaço dividido (SANTOS, 2004); e a reestruturação produtiva da década de 1970 (ALVES, 2000, 2011, 2013, 2018, 2020; ANTUNES, 1999, 2018, 2019). O primeiro se refere aos dois circuitos econômicos das cidades (SANTOS, 2004), que são totalmente complementares, integrando bancos e empresas estrangeiras de todos os tipos (mas com capital intensivo e alta tecnologia empregados) ao transporte de coisas, pessoas, materiais, informação e de dinheiro, unindo muitas vezes, serviços, comércio e produção artesanal e popular. As cidades, sua arquitetura e seu urbanismo, seu transporte, suas ruas, sua infraestrutura de comunicação e de fontes de energia, os bairros e sua localização, enfim, tudo, no lugar, passa a ser afetado pelas escolhas políticas e econômicas que sustentam um modelo de globalização, apontado, por instituições globais (FMI, por exemplo) como único caminho possível para o desenvolvimento econômico do mundo, se misturando e determinando a vida cotidiana das pessoas nos diversos lugares, nas diversas cidades.

O segundo ponto, forma de análise mais comum entre os sociólogos do trabalho, mostra como a reestruturação produtiva da década de 1970, fragmentou a produção e a cadeia produtiva por diversos lugares do planeta, fazendo com que as redes de conexão entre elas aumentassem o fluxo de coisas, pessoas,

dinheiro e informação. Também deslocou grandes contingentes de trabalhadores para o setor de serviços (ANTUNES, 2018, 2019), que em países como o nosso, se atualiza em trabalhos realizados diretamente em ambientes públicos do espaço urbano: camelôs, mototaxistas, vendedores ambulantes, dentre outros. Conseqüentemente, é também nas ruas das cidades que observamos trabalhadores se acidentado e morrendo ao realizar as suas atividades, sinais indelévels das ruas como parte da cadeia produtiva e do lugar, bem como da vida cotidiana que lá se desenvolve, como imersos na lógica da produção econômica global. Tudo isso, nos permite visualizar a organização produtiva se espalhando e invadindo materialmente a vida cotidiana de todas as pessoas.

Aqui, cabe um parêntese fundamental: mesmo o campo ou as regiões mais ermas de um país como o nosso, se encontram imersas dentro da lógica espacial proposta por Santos (1996, 2005). Há uma articulação racional entre as diversas localidades que permitem integrar todas elas sob a égide do atual processo de globalização (SANTOS, 2004, 2005).

De uma forma sinistra, a Pandemia explicitou esta organização do trabalho espalhada pelos diversos ambientes que compõem nosso cotidiano: quem podia continuar trabalhando em casa, conectado por dispositivos eletrônicos vinculados à internet e quem precisava ir para as ruas, para realizar o que passamos a chamar de serviços essenciais. Também nos mostrou claramente que a falta de fluxo de pessoas nas ruas da cidade significava nenhuma possibilidade de trabalho e renda para grande contingente de trabalhadores informais, já que em um país como o nosso o setor de serviços tem sido o grande motor de uma economia que se desindustrializa há décadas (ANTUNES, 2018, 2019; FURTADO, 1999).

Ver a cidade como um lócus privilegiado para a realização de atividades de trabalho não é algo novo, mas compreender o espaço em que vivemos, como o lugar onde existimos, nossa cidade, nosso cotidiano, como elementos organizado por um sistema produtivo global, isso nos traz a possibilidade de pensar coisas novas como a de que tanto dentro, como fora de ambientes físicos, ou virtuais de trabalho, estamos no campo ou nas cidades, lugares que são organizados como um meio técnico científico informacional, algo que visa determinar a vida, o trabalho, a educação, a saúde e etc. Evidencia-se assim, que não devemos só buscar alianças fora da Psicologia para compreender a relação dos homens com os outros homens e com o seu ambiente, mas devemos construir as alianças também dentro do campo disciplinar da própria Psicologia, para avançarmos contra os especialismos. No fundo, trata-se de compreender o sujeito para além do indivíduo, para além do corpo biológico, buscando sua imbricação total com os objetos e as ações do mundo, compreender o sujeito como tempo e espaço.

Assim, vamos além do que já anotamos em textos anteriores para expor a necessidade de nos compreendermos como o lugar. Santos (1996), fala da força do lugar, elemento mediador entre o sujeito e o mundo, pois este é o local do espaço onde vivemos, onde construímos as nossas ações, onde vivemos a vida comum, onde memória, linguagem, cultura e todos os tipos de laços sociais existem, se empirizam. Segundo o autor, a contigüidade é elemento fundamental para todo tipo de enriquecimento simbólico que nos permita negociar ativamente com as informações, os ordenamentos, as verticalidades globalitárias, que pretendem conformar ações e objetos, ou seja, o espaço e suas temporalidades a uma racionalidade

estranha e alienante, que sobretudo, leva ao fortalecimento de uma compreensão de sujeito, como um indivíduo conectado, diretamente, ao mundo, ao global, sem a mediação do lugar, portanto, com frágeis laços sociais.

Desconectar as pessoas de seu lugar, desenraizá-las, desterritorializá-las é a forma encontrada pelo meio técnico científico informacional para enfraquecer os elos comunitários, culturais e favorecer a ação informativa, enfraquecendo simbolicamente o lugar e, conseqüentemente, o sujeito. Tudo isso contribui para o que vimos acima sobre uma organização do trabalho e da vida que favoreça a competição, o individualismo, a desigualdade, a banalização da injustiça social e o enfraquecimento de suas instituições, como presenciado em nosso país, hodiernamente.

Sendo assim, pretendemos caminhar rumo a uma Psicologia Social e do Trabalho que amplia as suas fronteiras e seus caminhos, contemplando espaço e tempo como categorias fundamentais para a análise do sujeito. Nesse sentido, a história do funcionamento das estruturas sociais e a compreensão do espaço se apresentam como elementos fundamentais à organização de um suporte teórico para a compreensão de um fenômeno como a formulação, a gestão, a implementação e o controle de políticas públicas efetivas.

O enraizamento e o sujeito como lugar: o homem, o espaço e as políticas públicas efetivas

Nesta parte, buscaremos apresentar, sucintamente, nossos esforços para aproximar a Psicologia Social e do Trabalho, da maneira como a compreendemos – trabalhando nas fronteiras disciplinares, apresentadas acima, com a Geografia, a Sociologia, a Economia e a História –, com a Psicologia

Ambiental. Por isso, gostaríamos de destacar, embasados em Santos (2003), a importância de criticar a noção de ambiente como algo que contém, pois devemos tomá-lo como meio, como mediação entre o homem e o espaço. Como veremos à frente, apesar da imposição do meio técnico científico informacional aos ambientes, aos lugares, não devemos desconsiderar a capacidade das resistências que se organizam neles, pois são fortalecidas pelo contato advindo da contiguidade e dos movimentos decorrentes da realização das práticas cotidianas. Santos (1996) nos leva a compreender a potencialidade do lugar como mediador das interações comunicativas e informativas. Santos vê nas primeiras a possibilidade de fortalecimento de um sujeito mais cooperativo, pois comunicando, pondo em comum, as pessoas do lugar fortalecem seu universo simbólico, portanto, sua memória, sua cultura, sua linguagem, seu engajamento afetivo, sua capacidade criativa e a cooperação, fatores fundamentais para o enfrentamento dos ordenamentos globais que atingem o lugar. As interações informativas se apresentariam como a tentativa de impor uma racionalidade estrangeira à vida cotidiana local, bem como, a interação de pessoas do local pela lógica individualizante, competitiva, produzindo um contato entre as pessoas esvaziado de sentido histórico, de laços sociais, portanto, fomentando o individualismo e o desengajamento das pessoas com o local.

Partindo então da compreensão da relação do sujeito com o espaço – teorizada pela obra de Santos, que entende a mediação do lugar como algo que pode favorecer, ou não a relação do sujeito com o mundo global, dependendo do tipo de interação que se privilegia, informativa ou comunicativa – podemos imaginar que o fortalecimento do universo simbólico

local é fundamental para que o sujeito consiga maior simetria nas relações de poder, para negociar com as verticalidades que querem determinar, desde o funcionamento das instituições nacionais até a sua vida cotidiana, de forma informativa, como um ordenamento. Por isso, acreditamos que podemos vislumbrar que a participação das pessoas na criação, gestão, organização do que chamamos, aqui, de políticas públicas efetivas – ao se deflagrar como uma interação comunicativa, que busca fortalecer os laços sociais, culturais, afetivos, enquanto se age – seria fundamental também para a manutenção da saúde mental. Com tudo isso em mente, podemos agora nos aproximar da Psicologia Ambiental de forma crítica, ou seja, negociando laços e articulações que possam fortalecer nossa capacidade de análise.

Dentro da Psicologia Social e do Trabalho, alguns pesquisadores têm retomado o conceito de desenraizamento operário, apresentado no livro que organiza parte da obra de Simone Weil (BOSI, 1996). Ela faz uma pesquisa sobre a condição operária, na primeira metade do século passado, portanto, o conceito de desenraizamento foi muito relevante para embasar seus esforços investigativos no interior de empresas tayloristas/fordistas. Dentre aqueles, destacamos o trabalho de Svartman (2011), que buscou atualizar a importância explicativa desse conceito, para a realidade atual, realizando, junto aos trabalhadores, no interior das empresas que passaram pela reestruturação produtiva, que no Brasil se deu nas décadas de 80 e 90, principalmente, uma pesquisa sobre o desenraizamento operário. Ele constatou que a manutenção da humilhação, da destruição dos vínculos sociais entre os trabalhadores, bem como da sua desarticulação política, e da exaustão constante de suas forças físicas e mentais,

leva-os a manifestação de inúmeros sintomas de adoecimento físico e psíquico.

A psicologia ambiental, tem usado o conceito de enraizamento, o oposto ao de desenraizamento, para tratar de questões que envolvem a relação do homem com seu ambiente. Diferentemente de conceitos como apego ao lugar, ou identidade de lugar, o enraizamento tem permitido aos psicólogos ambientais, que fazem uma discussão sobre a noção de sujeito (individual ou coletivo), pensarem a possibilidade de compreender a fusão das dimensões tempo e espaço, para pensar a relação da pessoa com o ambiente. Há a preocupação, por parte de alguns autores (KRUSER, 2005; MASSOLA & SVARTMAN, 2018), de compreender tal relação superando os entendimentos que dividem o ambiente de forma esquemática, ou que isolam passado, presente e futuro como tempos distintos, bem como tem havido uma preocupação de resgatar a política, a crítica à sociedade e às distintas formas de apropriação simbólica do mundo, por indivíduos e grupos.

Apesar da resistência de alguns autores, que pretendem afastar a Psicologia Ambiental da Psicologia Social (MOSER, 2018) e seu modo de estabelecer contato nas fronteiras disciplinares, acreditamos que a proximidade com a Geografia Humana de Santos, que, no passado, busca na Psicologia Ambiental inspiração para o desenvolvimento de sua obra (PELUSO, 2003), favoreça a construção de caminhos opostos ao especialismo, que tanto compromete nossa ciência atual, por tomá-la como um elemento neutro, produtora de conhecimentos igualmente neutros. Temos buscado compreender o enraizamento e aproximá-lo do conceito de lugar de Santos, para ampliarmos nossas possibilidades críticas de análise dentro da Psicologia e nas suas fronteiras.

Assim, através de todas essas aproximações, esperamos ter conseguido instigar ainda mais pesquisadores a buscar a compreensão do ambiente e do enraizamento, conceitos caros à Psicologia, para a construção de teorias e possibilidades de intervenção que levem em consideração a relação que se estabelece entre as pessoas e o ambiente, entendendo-o como meio, como lugar, destacando os aspectos afetivos, as implicações políticas da convivência comunitária, dos laços sociais e culturais como produtores, potenciais, de saúde. Também é preciso destacar que tais aproximações não descartam a compreensão do sujeito imbricado a uma organização do espaço global que é totalmente integrada ao espaço local, como uma totalidade, dinâmica, uma totalidade totalizante, como nos propõe Santos (1996). Buscamos assim, compreender nossas possibilidades de ação, como cientistas, como profissionais e como cidadãos diante de um mundo global, que mais do que uma abstração, é uma realidade que se objetiva através do meio técnico científico informacional, como uma racionalização da vida cotidiana, uma biopolítica, que precisamos compreender, assim como tivemos que compreender, na Psicologia Social e do Trabalho, o taylorismo, o fordismo e o toyotismo, para que pudéssemos aprimorar nossas possibilidades de resistir e de produzir saúde junto aos trabalhadores.

Assim, da mesma forma que Spink (1996) nos falou das negociações cotidianas, que acontecem dentro de organização (aquí entendida como uma empresa, por exemplo) malgrado seus esforços para submetê-las e destruí-las, acreditamos que haja negociações que acontecem na vida cotidiana das pessoas para ressignificar a organização global, como nos mostra Santos, ao falar da força do lugar e sua possibilidade de mediar a relação do

sujeito com o mundo. Reconhecer a potencialidade do lugar para o fortalecimento do sujeito significa, ao nosso entender, a possibilidade de ações psicológicas mais amplas, mais coletivas no sentido da diminuição, ou eliminação do sofrimento psíquico. Significaria também, favorecer com a atuação psicológica, que a sociedade se organize e cumpra suas possibilidades de negociar seus interesses, do passado, do presente e do futuro, deste lugar e de outros.

Diante do exposto, esperamos ter contribuído para a discussão sobre políticas públicas, apresentando a relevância que imaginamos ter a aproximação que estamos tentando realizar entre os conceitos de enraizamento e de lugar. Não esperamos de modo algum ter esgotado a discussão, mas antes de tudo provocar a colaboração de novos e antigos pesquisadores nesse esforço, que vem sendo construído coletivamente em diversas frentes de pesquisa. Não acreditamos na neutralidade científica, mas antes de tudo respeitamos os que acreditam, mas queremos aqui defender nossa perspectiva de coabitar o lugar. Queremos coabitar e construir juntos um futuro pautado nas condições do presente e nas memórias dos grupos que nos antecederam, pois entendemos ser fundamental para a saúde física e mental de todos os envolvidos. Para finalizar, pelas considerações que fizemos, nos parece claro que construir políticas públicas é fortalecer o lugar, é construir enraizamento, é produzir uma boa manutenção da saúde, mental e física.

Referências

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Dimensões da precarização do trabalho:** ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Canal 6, 2013.

_____. **O Duplo Negativo do Capital.** Bauru: Projeto editorial Praxis, 2018.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Proletariado digital, serviços e valor. In: ANTUNES, R. (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2019.

BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade:** a psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Bosi, E. **Simone Weil:** a condição operária e outros estudos sobre a opressão. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

CASTRO, M. F. **Os motoboys de São Paulo e a produção de táticas e estratégias na realização das práticas cotidianas.** São Paulo: FiloCzar, 2020.

CASTRO, M. F. Uberização do trabalho, espaço e saúde do trabalhador. In: ALVES, G. **Trabalho e Valor:** o novo (e precário) mundo do trabalho no século XXI. Marília, SP: Projeto Editorial Práxis, 2021.

_____. A cultura no plural. Campinas-SP: Papyrus, 1995.

FURTADO, C. **O longo amanhecer:** reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Em busca de um novo modelo:** reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KRUSE, L. Compreendendo o ambiente em Psicologia Ambiental. **Psicologia USP**, n. 16, v.1/2, p. 41-46, 2005.

MASSOLA, G. M.; SVARTMAN. B. P. Enraizamento. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (org.). **Psicologia Ambiental:** conceitos para a leitura da relação pessoa ambiente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MOSER, G. **Introdução à psicologia ambiental:** pessoa e ambiente. Campinas, SP: Editora Alínea, 2018.

PELUSO, M. L. O potencial das representações sociais para a compreensão interdisciplinar da realidade: Geografia e Psicologia Ambiental. **Estudos de Psicologia**, n. 8, v. 2, p. 321-327, 2003.

PRADO JR. C. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

SAFATLE, V.; SILVA JR., N.; DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.** Belo Horizonte: Autentica, 2021.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo – razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. **Ciência e Saúde Coletiva**. v. 8, n.1, p. 309-314, 2003

_____. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **A urbanização brasileira.** São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: EDUSP, 2009.

_____. **O espaço do cidadão.** São Paulo: EDUSP, 2020.

SPINK, P. (1996). A organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia organizacional e do trabalho. **Revista Psicologia e Sociedade**, 8(1), 174-192. 1996.

SVARTMAN, B. P. Trabalho e desenraizamento: um estudo sobre o sofrimento psicossocial gerado pela organização do trabalho fabril. **Psicologia Revista**, 20(2), 221–244, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/10342> Acesso em: 14.03.2022.

UCHOA-DE-OLIVEIRA, F. M. Saúde do trabalhador e o aprofundamento da uberização do trabalho em tempos de pandemia. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 45, p. 1-9, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000012520> Acesso em: 20.04.2021.

Recebido em 2022-07-08
Publicado em 2022-08-01